



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2 0 1 7

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.

Segunda Avenida nº 50 - Centro - Mineiros-GO - 75.830-000 - Cx. Postal 60 - Tels: (064) 3661-1993 e (64) 3661-1988

www.sicoobmineiros.com.br - mineiros@sicoobmineiros.com.br

OUVIDORIA DO SICOOB: 0800 725 0996

INDICE

DADOS CADASTRAIS	03
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	04
MENSAGEM DA DIRETORIA	05
GRÁFICOS DE EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA	07
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO	12
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	34
FUNDO GARANTIDOR COOPERATIVISMO CRÉDITO FGCOOP	39



DADOS CADASTRAIS

Denominação Social.....: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.
Nome Comercial.....: Sicoob Mineiros
Endereço.....: Segunda Avenida nº 50, Centro, CEP 75.830-000
Cidade/Estado.....: Mineiros – GO. – Caixa Postal nº 60
Fone/Fax.....: (64) 3661-1988
Site.....: www.sicoobmineiros.com.br
E-mail.....: mineiros@sicoobmineiros.com.br
Inscrição no CNPJ/MF...: 24.830.879/0001-67 Inscrição Estadual.....: Isento
Inscrição Municipal.....: 205076
Autorização de Funcionamento BACEN.....: 9941672/88
Registro na JUCEG.....: 52400003123 Inscrição na OCB.....: 159/88

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Gestão 2015/2018)

Elias de Oliveira	Presidente
Antônio Paulo Carvalho	Vice-Presidente
Aroldo Carneiro de Souza	Conselheiro
Augusto de Oliveira Carvalho	Conselheiro
Deusdedeth Rezende Barbosa	Conselheiro
Edmundo Rocha Vilela	Conselheiro
Maker Carvalho Souza	Conselheiro
Sandro Brandão Carvalho	Conselheiro
Vanderci Dundi	Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA (Gestão 2015/2018)

Augusto de Oliveira Carvalho	Diretor Administrativo
Clarimundo Brandão Resende	Diretor Operacional

CONSELHO FISCAL (Gestão 2015/2018)

Hélio Rodrigues Machado	Conselheiro Efetivo
José Alves da Silva	Conselheiro Efetivo
Taís de Lourdes Mendonça	Conselheira Efetiva
Genésia Marciana Vilela	Conselheira Suplente
Joelma Fátima de Sousa Oliveira	Conselheira Suplente
Josemar Rodrigues	Conselheiro Suplente



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA
LTDA.**

**CNPJ: 24.830.879/0001-67
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são de número 3.232 (três mil, duzentos e trinta e dois) em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no PAVIP – Pavilhão Paroquial da Paróquia São Bento, localizado na Rua Maracanã, Quadra 18, Lote 01, Setor José Oliveira Martins, CEP 75.830-000, na Cidade de Mineiros, no Estado de Goiás, no dia **23 de março de 2018**, às 18h, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 19h, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; e às 20h, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração do exercício de 2017, acompanhada de parecer do Conselho fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2017; c) relatório da auditoria externa; d) demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2017;
2. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal;
3. Fixação dos honorários e das gratificações dos membros da Diretoria Executiva;
4. Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada à distribuição de sobras, com base nas operações realizadas ou mantidas durante o exercício de 2017;
5. Destinação das sobras apuradas no exercício de 2017;
6. Plano de Atividades da Cooperativa para o exercício de 2018;
7. Política Institucional de Controles Internos e Conformidade do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil);
8. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa.

OBSERVAÇÕES:

1. **O prazo para registro de chapa para concorrer ao Conselho de Administração ou para realizar o registro de candidatura individual para Conselho Fiscal termina no dia 05 de março de 2018. O registro da chapa deve ser realizado na sede da Cooperativa. O horário para entrega e protocolo dos documentos relativos ao registro das candidaturas deverá ser das 8:00 às 16:00 horas, conforme o Regulamento Eleitoral.**
2. A Assembleia será realizada fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado.

Mineiros – GO, 26 de fevereiro de 2018.

Elias de Oliveira
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Associados(as),

Mais uma vez aqui estamos para apresentar os resultados da Cooperativa em mais um exercício financeiro, conforme demonstrativos entregues aos associados e que serão divulgados em vídeo.

Considerando que este grupo de produtores e comerciários está completando 20 anos de administração, alternando pelos menos três conselheiros a cada eleição, queremos compartilhar um pequeno histórico deste período, desde o seu início.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA, iniciou suas atividades em 12.05.1989, com o nome de fantasia CREDICOMIVA, depois alterado para CREDIGOIÁS MINEIROS, atualmente SICOOB MINEIROS. Portanto, completou 28 anos em 12.05.2017.

No ano de 1996 a Cooperativa passou por muitas dificuldades e esteve praticamente “fechando as portas”. Para evitar isso, um grupo de produtores rurais se reuniu e decidiu mudar completamente a forma de administrar a Cooperativa, contratando diretores para dar expediente integral e efetuar as correções necessárias na gestão da entidade. Com esta mudança na gestão, a cooperativa está hoje entre as maiores do Estado. Apresentamos abaixo um gráfico comparativo da situação encontrada em 1996 e da posição atual da Cooperativa:

<u>RUBRICAS CONTÁBEIS</u>	31/12/1996/R\$	31/12/2017/R\$	VAR/ %
Depósitos totais	543.000,00	97.489.953,00	17.854
<u>Carteira de empréstimos</u>	825.000,00	125.764.254,00	15.144
<u>Ativo/Passivo</u>	1.161.000,00	272.725.883,00	23.390
<u>Investimentos</u>	50.000,00	7.428.933,00	14,757
Imobilizado	22.000,00	5.527.692,00	25.025
Resultado do exercício (“sobras”)	101.000,00	29.554.024,00	29.161
Capital social (“quotas dos sócios”)	253.000,00	105.801.111,00	41.718
Patrimônio Líquido	356.000,00	142.090.359,00	39.813
Funcionários	8	41	412
Associados	321	3.192	894

OBSERVAÇÃO - Além dos empréstimos acima citados, a Cooperativa intermediou a liberação de R\$ 64,57 milhões em operações BNDES/Finame (financiamentos para aquisição de máquinas e calcário/linha ABC), sendo a maior carteira de Finame do Estado de Goiás, proporcionalmente.

Existem, ainda, propostas já aprovadas no valor de R\$ 11,15 milhões aguardando liberação, o que eleva para um montante de R\$ 75,72 milhões a Carteira/BNDES-Finame.

CLASSIFICAÇÃO DA COOPERATIVA ENTRE AS 28 DO ESTADO DE GOIÁS/TO

- Segundo lugar em resultados (“sobras”)
- Terceiro lugar em patrimônio de referência
- Quinto lugar no volume de empréstimos
- Sétimo lugar em volume de depósitos
- Rentabilidade sobre o “Patrimônio de Referência Médio” = 22,50%

OBSERVAÇÃO - Mesmo sendo o quinto lugar em empréstimos e o sétimo em depósitos, a Cooperativa é a segunda colocada em resultados (“sobras”) no Estado e a segunda colocada em eficiência entre todas as cooperativas do Sicoob no BRASIL. Estes números são o reflexo da administração séria e responsável conduzida por este grupo de associados que tem trabalhado muito para fazer as coisas certas.

ALGUMAS CONQUISTAS DURANTE ESTES 20 ANOS DE GESTÃO DO GRUPO

-Sede própria, estacionamento para associados, estacionamento para funcionários, aquisição de grupo gerador, aquisição de “Data Center”, contratação de consultoria para gerenciamento e guarda de documentos contábeis e títulos de crédito, com aquisição de arquivos deslizantes modernos e seguros.

VALORIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

-Além do Plano de Cargos e Salários, os funcionários contam com ajuda alimentação de valor significativo, bônus para aquisição de uniformes (60%), plano de saúde (100%), plano odontológico (100%), confraternização mensal dos funcionários aniversariantes, confraternização de natal, seguro de vida, bolsa de estudo (60% da mensalidade para curso superior em áreas de interesse da cooperativa) e capacitação com cursos “on line” (Universidade Corporativa) e treinamentos ou seminários em Mineiros ou outras cidades.

Quanto ao Plano de Atividades para 2017, conseguimos atingir os objetivos oferecendo linhas de crédito com taxas mais atrativas aos associados e concretizando a expansão da parte superior de nossa sede para melhor atendimento e comodidade aos clientes e colaboradores.

PLANO DE ATIVIDADES DA COOPERATIVA PARA 2018

- Desenvolver esforços para buscar mais crédito subsidiado para os associados;
- Revisar a estrutura operacional da Cooperativa visando a melhoria no atendimento e a diversificação de produtos e serviços

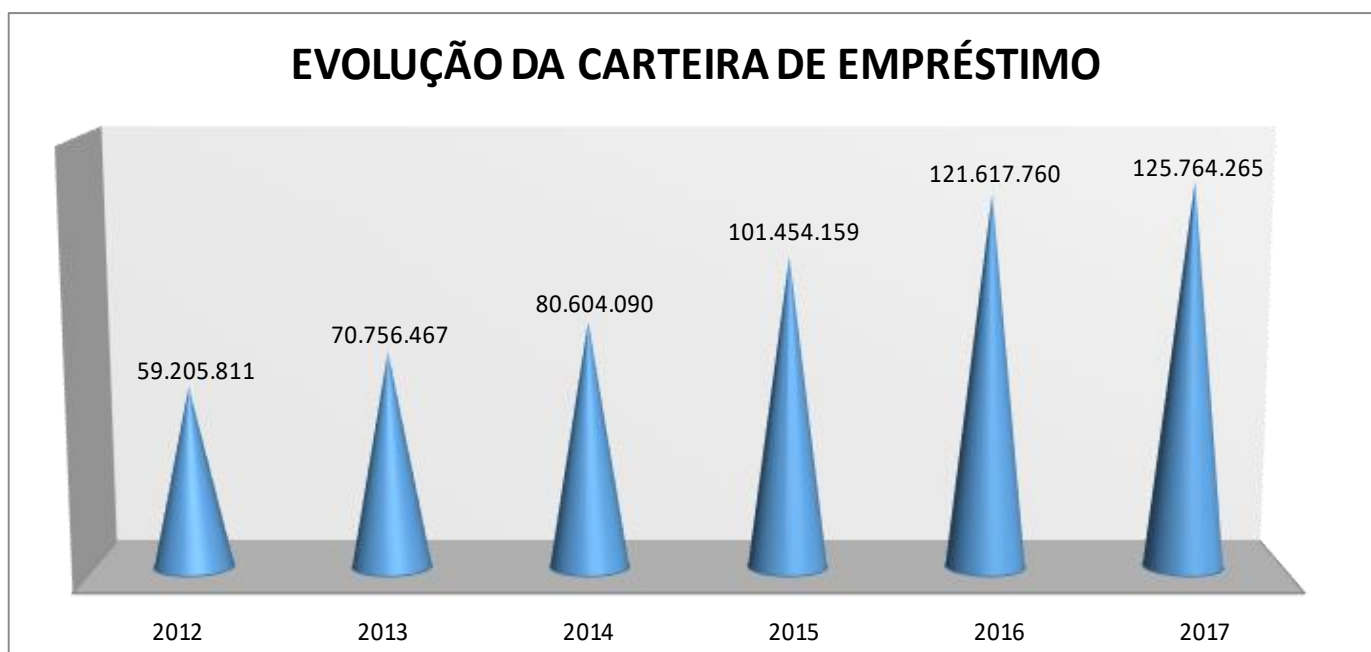
Agradecemos a todos os associados que confiaram em nossa administração, que cooperaram e foram solidários conosco em todos os momentos, e nos deram condições de atingir todas as metas almejadas.

Muito Obrigado,

COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DO SICOOB MINEIROS NO ANO DE 2017.

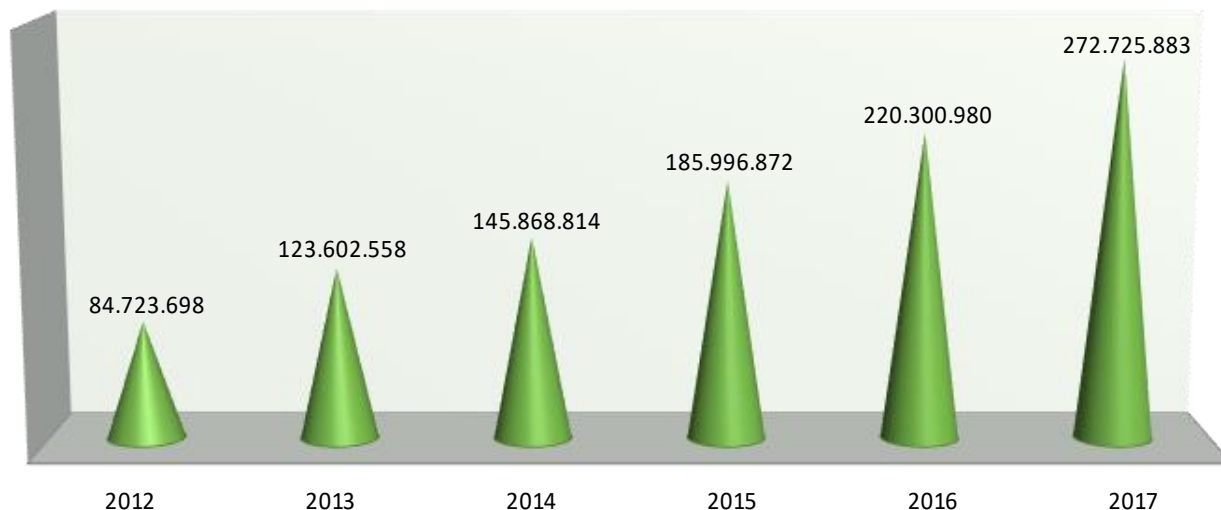


CAPTAÇÃO DE RECURSOS – Os recursos disponíveis, obtidos na forma de depósitos à vista e a prazo, no final do exercício de 2016 totalizavam R\$ 73.013.078 e no final do exercício de 2017 R\$ 97.489.953, tendo um incremento de 33,52%.



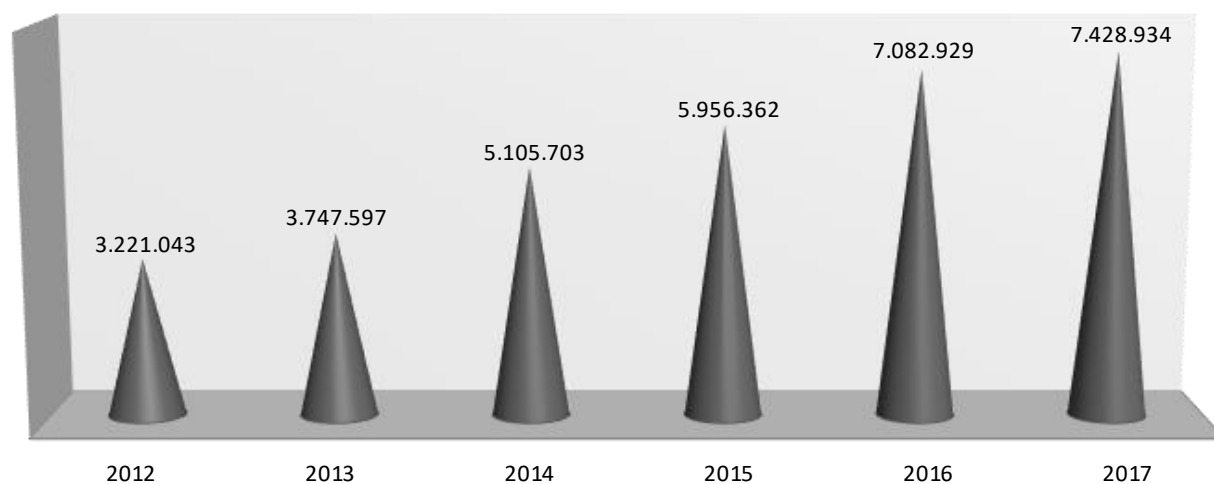
OPERAÇÕES DE CRÉDITO – O montante emprestado aos associados em 31 de Dezembro de 2016 totalizava R\$ 121.617.760, e em 31 de Dezembro de 2017 R\$ 125.764.265, tendo um incremento de 3,41%.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE LIQUIDEZ



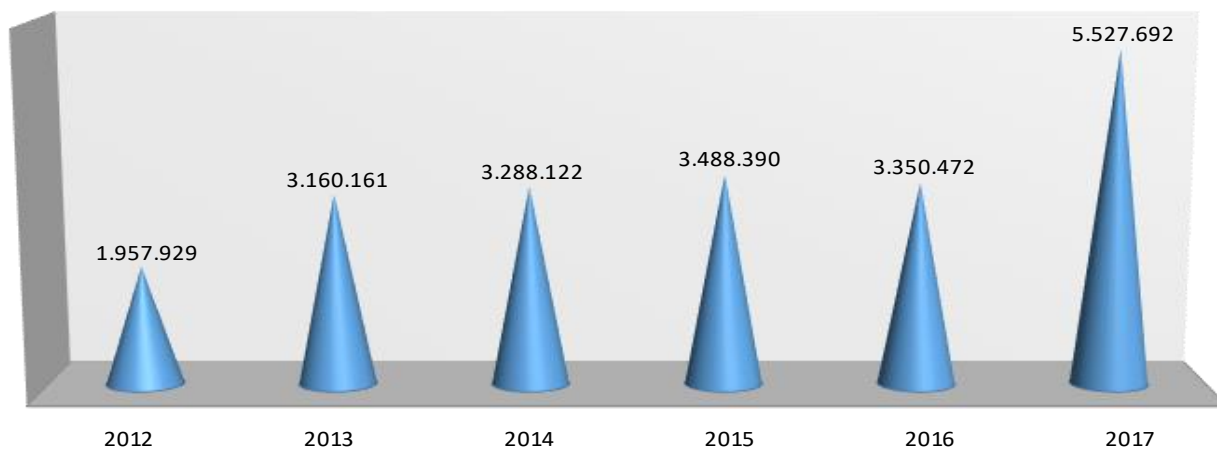
O ativo total em 31 de Dezembro de 2016 era de R\$ 220.300,980 e em 31 de Dezembro de 2017 fechou com R\$ 272.725.883, que representa um acréscimo de 23,80%.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



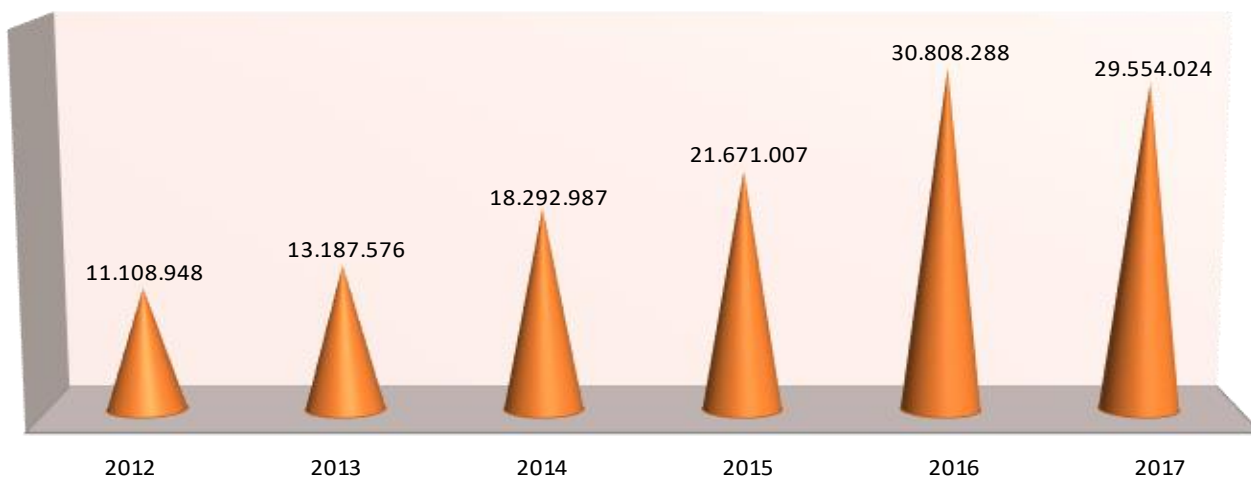
Os investimentos que representam ações no BANCOOB e Cotas no SICOOB GOIÁS CENTRAL em 2017 tiveram um aumento de 4,89%, em relação a 2016. Este aumento refere-se a compras de ações e dividendos do BANCOOB e rateio de sobras, juros sobre o capital integralizado e integralização de cotas de capital no Sicoob Goiás Central. Por deliberação do Conselho de Administração do Sicoob Goiás Central, todas as Cooperativas Singulares tiveram de aumentar a sua participação.

EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO



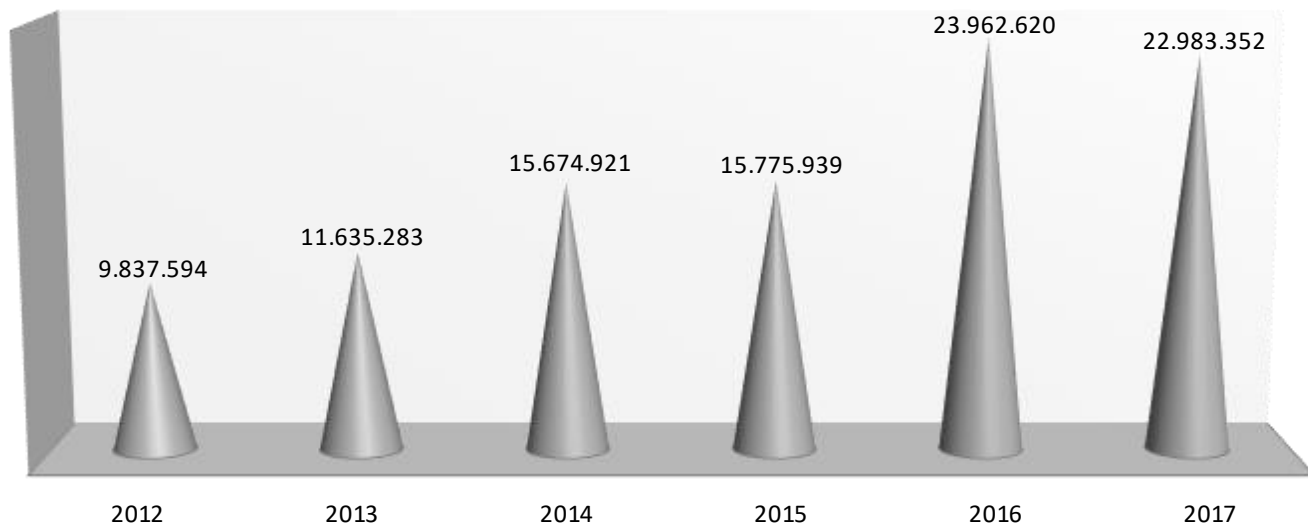
O total do Imobilizado em 31 de Dezembro de 2016 era de R\$ 3.350.472, e em 31 de Dezembro de 2017 aumenta para R\$ 5.527.692, com um acréscimo de 64,98% em relação ao ano anterior. O referido aumento se deu em função da aquisição do DATA-CENTER.

EVOLUÇÃO RESULTADO EXERC. - ANTES PAGTO. JUROS AO CAPITAL



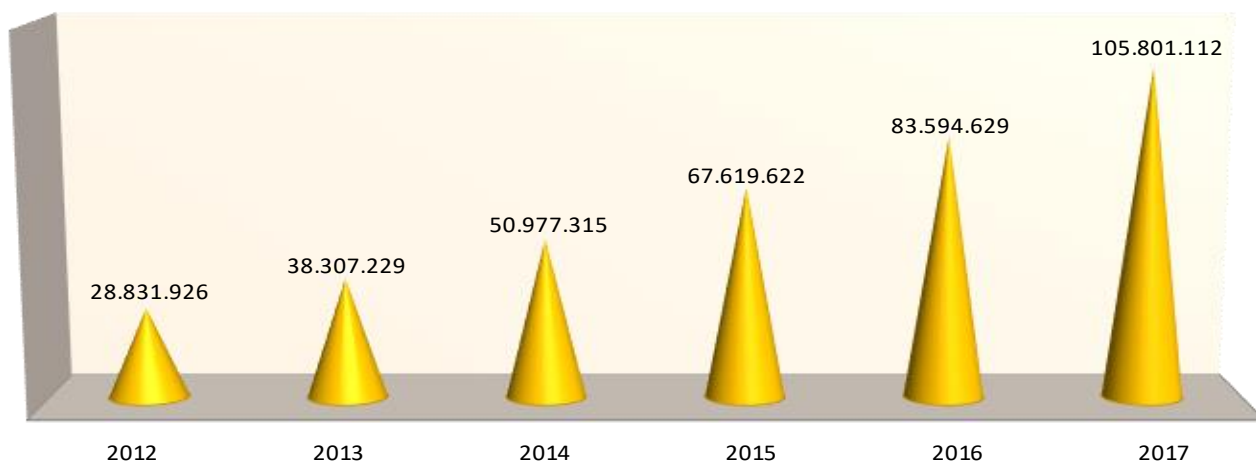
SOBRAS DO EXERCÍCIO – Este gráfico mostra as sobras líquidas antes da remuneração ao capital. No exercício de 2016 o **SICOOB MINEIROS** obteve sobras de R\$ 30.808.288 e no exercício de 2017 foram de R\$ 29.554.024, tendo apresentado uma redução de 4,07%.

EVOLUÇÃO RESULTADO EXERC. - APÓS PAGTO. JUROS AO CAPITAL



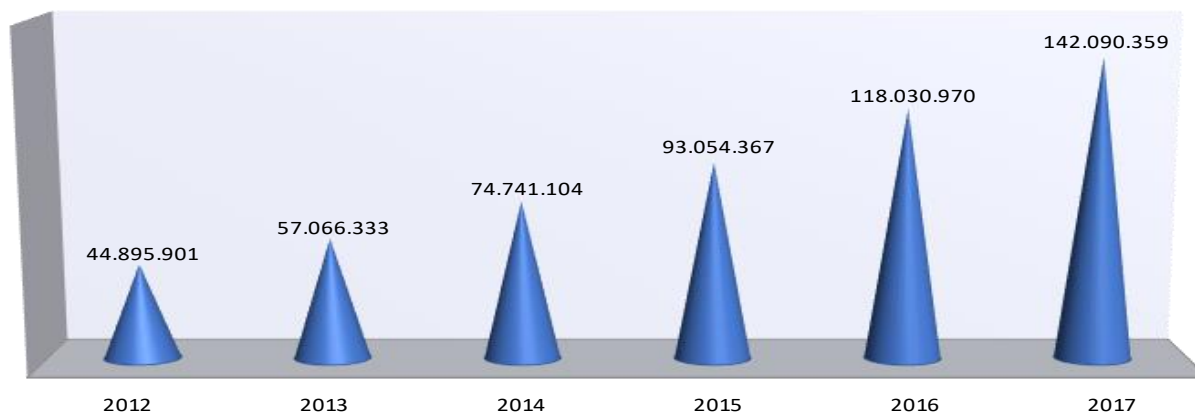
SOBRAS DO EXERCÍCIO – No exercício de 2016 o **SICOOB MINEIROS** obteve sobras de R\$ 23.962.620 e no exercício de 2017 foram de R\$ 22.983.352, tendo apresentado uma redução de 4,09%.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL



O Capital Social apresentou um crescimento de 26,56%, passando de R\$ 83.594.629 em 31 de Dezembro de 2016 para R\$ 105.801.112, em 31 de Dezembro de 2017.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

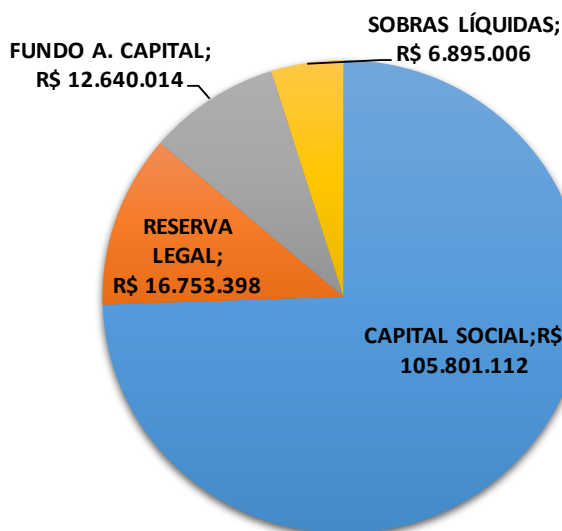


O Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2016 era de R\$ 118.030.970, e em 31 de Dezembro de 2017 de R\$ 142.090.359, com um crescimento de 20,38%.

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Sicoob Mineiros em 31 de Dezembro de 2017 estava composto conforme tabela e gráfico abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Capital Social	105.801.112	74,46
Reserva Legal	16.753.398	11,79
Fundo A. Capital	12.640.014	8,90
Sobras Líquidas	6.895.006	4,85
TOTAL	142.089.530	100,00



BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO/2017
(EM R\$)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE	241.817.060	185.719.642	PASSIVO CIRCULANTE	130.635.525	73.013.078
DISPONIBILIDADES	1.671.899	1.274.699	DEPÓSITOS	97.489.954	73.013.078
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	131.203.381	84.967.683	DEPÓSITOS A VISTA	50.340.839	39.225.866
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	131.203.381	84.967.683	DEPÓSITO SOB AVISO	590.761	985.152
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	107.817.735	97.479.490	DEPÓSITOS A PRAZO	46.558.353	32.802.061
SETOR PRIVADO	112.249.062	100.861.537	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	25.107.431	21.800.018
(-)PROVISÃO PARA CLD	-4.431.327	-3.382.048	REPASSES INTERFINANCEIROS	25.107.431	21.800.018
OUTROS CRÉDITOS	1.066.620	1.920.354	RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIAS	2.955	494
RENDAS A RECEBER	61.806	45.571	Recursos em Trânsito Terceiros	2.955	494
DIVERSOS	1.004.814	1.874.783	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.035.185	7.456.422
OUTROS VALORES E BENS	57.426	77.417	COBR. ARREC. TRIB. E ASSEMELHADOS	111.172	27.201
OUTROS VALORES E BENS	21.450	20.800	SOCIAIS E ESTATUTARIAS	4.537.916	4.348.192
DESPESAS ANTECIPADAS	35.976	56.617	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	1.213.397	1.401.637
ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.908.824	34.581.338	DIVERSAS	2.172.700	1.679.392
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.946.531	24.138.270	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.090.359	118.030.969
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.946.531	24.138.270	CAPITAL SOCIAL	105.801.112	83.594.629
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SETOR PRIVADO	17.946.531	24.138.270	CAPITAL	105.801.112	83.594.629
INVESTIMENTOS	7.428.934	7.082.929	RESERVA DE LUCROS	29.394.242	27.382.034
AÇÕES E COTAS	7.428.934	7.082.929	RESERVA LUCROS	29.394.242	27.382.034
IMOBILIZADO	5.527.692	3.350.472	SOBRAS ACUMULADAS	6.895.006	7.054.306
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	4.851.251	2.502.436			
IMÓVEIS DE USO	1.657.282	1.657.282			
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-980.841	-809.246			
INTANGÍVEL	5.667	9.667			
DIREITO DE USO	40.000	40.000			
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-34.333	-30.333			
TOTAL DO ATIVO	272.725.884	220.300.980	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO	272.725.884	220.300.980

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF N° 029.221.438-30

Clarimundo Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF N° 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Contador
CPF N° 814.990.271-68

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.

Segunda Avenida nº 50 - Centro - Mineiros-GO - 75.830-000 - Cx. Postal 60 - Telefones: (64) 3661-1993 e (64) 3661-1988
www.sicoobmineiros.com.br - mineiros@sicoobmineiros.com.br
OUVIDORIA DO SICOOB: 0800 725 0996

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE
(Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.088.764	32.888.941	28.027.537
Resultado com Operações de Crédito	17.088.764	32.888.941	28.027.537
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-4.338.327	-10.111.401	-6.929.246
Operações de Captação no Mercado	-1.829.631	-3.898.217	-4.324.553
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-1.014.873	-1.939.443	-1.524.841
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.493.823	-4.273.741	-1.079.853
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.750.436	22.777.540	21.098.291
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	2.741.575	6.055.578	8.970.146
Receitas de Prestação de Serviços	771.212	1.492.216	1.203.289
Despesas de Pessoal	-2.528.247	-4.899.581	-4.445.382
Outras Despesas Administrativas	-1.688.518	-3.289.878	-2.776.455
Despesas Tributárias	-34.490	-69.251	-43.919
Outras Receitas Operacionais	6.301.002	13.187.090	15.890.680
Outras Despesas Operacionais	-79.383	-365.018	-858.067
RESULTADO OPERACIONAL	15.492.011	28.833.118	30.068.437
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.934	6.690	-2.265
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS	15.493.946	28.839.808	30.066.172
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-126.481	-214.386	-123.851
Imposto de Renda	-119.218	-165.876	-62.279
Contribuição Social	-7.262	-48.510	-61.572
SOBRAS DO SEMESTRE/EXERCICIO	15.367.465	28.625.422	29.942.320
Juros Sobre o Capital Próprio	-6.570.672	-6.570.672	-7.293.936
Lucro Líquido Após o Juros ao Capital Próprio	8.796.793	22.054.750	22.648.385

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF N° 029.221.438-30

Clarimundo Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF N° 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Contador
CPF N° 814.990.271-68

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(EM R\$)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	FAC		
6'SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2015	67.619.622	12.025.197	8.676.766	4.732.782	93.054.367
1 - AUMENTOS DE CAPITAL:	9.944.045	0	-8.676.766	-4.732.782	-3.465.503
1.1 - Por Incorporação de Sobras	4.732.782			-4.732.782	0
1.2 - Por Incorporação de Reservas	8.676.766		-8.676.766		0
1.3 - Por Integralizações					
1.4 - Devolução de Capital	-3.465.503				-3.465.503
2 - OUTROS EVENTOS:	0	72.509	0	-3.927	68.582
2.1 - Baixas de Capital					0
2.2 - Ajustes de Períodos Anteriores					0
2.3 - Reversões de Reservas		72.509		-3.927	68.582
3 - SOBRAS DO PERÍODO	0	0	0	22.648.385	22.648.385
3.1 - Do Exercício de 2016				22.648.385	22.648.385
4 - DESTINAÇÕES:	6.030.962	2.351.435	12.932.894	-16.687.016	4.628.275
4.1 - Resultado com Terceiros				-226.970	-226.970
4.2 - Fates				-1.175.718	-1.175.718
4.3 - Reserva Legal		2.351.435		-2.351.435	0
4.4 - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			12.932.894	-12.932.894	0
4.5 - Outros - Juros sobre Capital	6.030.962				6.030.962
5 - OUTROS AJUSTES				1.096.864	1.096.864
5.1 - Cobertura despesas com FATES				1.096.864	1.096.864
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	83.594.629	14.449.141	12.932.894	7.054.306	118.030.969
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	15.975.007	2.423.944	4.256.127	2.321.524	24.976.602
1 - AUMENTOS DE CAPITAL:	16.664.429	0	-12.932.894	-7.054.306	-3.322.770
1.1 - Por Incorporação de Sobras	7.054.306			-7.054.306	0
1.2 - Por Incorporação de Reservas	12.932.894		-12.932.894		0
1.3 - Por Integralizações					0
1.4 - Devolução de Capital	-3.322.770				-3.322.770
2 - OUTROS EVENTOS:		5.922	0	-4.037	1.885
2.1 - Baixas de Capital					0
2.2 - Ajustes de Períodos Anteriores					0
2.3 - Reversões de Reservas		5.922		-4.037	1.885
3 - SOBRAS DO PERÍODO	0	0	0	22.054.750	22.054.750
3.1 - Do Exercício de 2017				22.054.750	22.054.750
4 - DESTINAÇÕES:	5.542.053	2.298.335	12.640.844	-16.430.658	4.050.575
4.1 - Resultado com Terceiros				-342.311	-342.311
4.2 - Fates				-1.149.168	-1.149.168
4.3 - Reserva Legal		2.298.335		-2.298.335	0
4.4 - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			12.640.844	-12.640.844	0
4.5 - Outros - Juros sobre Capital	5.542.053				5.542.053
5 - OUTROS AJUSTES				1.274.951	1.274.951
Cobertura despesas com o FATES				1.274.951	1.274.951
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	105.801.111	16.753.398	12.640.844	6.895.006	142.090.359
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	22.206.482	2.304.257	-292.050	-159.300	24.059.390
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	101.892.001	14.453.824	0	13.724.340	130.070.165

1 - AUMENTOS DE CAPITAL:	-1.632.944	0	0	0	-1.632.944
1.1 - Por Incorporação de Sobras					0
1.2 - Por Incorporação de Reservas					0
1.3 - Por Integralizações					0
1.4 - Devolução de Capital	-1.632.944				-1.632.944
2 - OUTROS EVENTOS:		1.239	0	-1.167	71
2.1 - Baixas de Capital					0
2.2 - Ajustes de Períodos Anteriores					0
2.3 - Reversões de Reservas		1.239		-1.167	71
3 - SOBRAS DO PERÍODO	0	0	0	8.796.793	8.796.793
3.1 - Do 2º Semestre de 2017				8.796.793	8.796.793
4 - DESTINAÇÕES:	5.542.053	2.298.335	12.640.844	-16.268.730	4.212.502
4.1 - Resultado com Terceiros				-180.383	-180.383
4.2 - Fates				-1.149.168	-1.149.168
4.3 - Reserva Legal		2.298.335		-2.298.335	0
4.4 - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			12.640.844	-12.640.844	0
4.5 - Outros - Juros sobre Capital	5.542.053				5.542.053
5 - OUTROS AJUSTES				643.770	643.770
Cobertura despesas com o FATES				643.770	643.770
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	105.801.111	16.753.398	12.640.844	6.895.006	142.090.359
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	3.909.109	2.299.574	12.640.844	-6.829.334	12.020.194

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF N° 029.221.438-30

Clarimundo Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF N° 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Contador
CPF N° 814.990.271-68

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADO PELO MÉTODO INDIRETO

(Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
SOBRAS LÍQUIDAS ANTES IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.923.274	22.269.136	22.772.238
Contas de Resultado Credoras	30.000.727	56.646.375	49.049.873
Contas de Resultado Devedoras	-21.203.934	-34.591.625	-26.401.486
Imposto de Renda e Contribuição Social	126.481	214.386	123.851
AJUSTES DE SOBRAS APLICADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-30.848	-28.862	40.364
Despesas de Depreciação	93.633	181.524	160.215
Despesas de Amortização	2.000	4.000	4.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	-126.481	-214.386	-123.851
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DECRÉSCIMO/ACRÉSCIMO EM ATIVOS	-11.294.414	25.092.733	-11.993.356
Relações Interfinanceiras (repasses interfinanceiros)	1.934.991	3.307.413	3.012.109
Relações Interdependências	1.318	2.462	-1.752
Operações de Créditos	-10.221.615	-4.146.506	-20.163.601
Outros Créditos	1.717.829	853.734	-1.178.922
Outros Valores e Bens	77.884	19.991	21.661
Depósitos	-6.288.311	24.476.875	5.623.889
Outras Obrigações	1.483.490	578.763	693.260
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-2.401.987	47.333.008	10.819.246
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES INVEST/FINANCIAMENTOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.880.726	-2.704.750	-512.595
Alienação de Investimentos	0	0	0
Alienação de Imobilizado de Uso		0	-489.940
Aquisição de Investimentos	-75.572	-346.005	-22.655
Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.805.154	-2.358.745	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.223.399	2.004.640	1.648.626
Aumento/Redução de Capital	0	0	0
Reservas de Capital	0	0	0
Reservas de Lucros	0	0	0
Sobras ou Perdas Acumuladas	0	0	0
Juros sobre o Capital	6.570.672	6.570.672	6.030.962
Outros ajustes	-3.347.273	-4.566.032	-4.382.336
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES INVEST/FINANCIAMENTOS	3.223.399	2.004.640	1.136.031
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.059.314	46.632.897	11.955.277
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	133.934.593	86.242.382	74.287.106
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	132.875.279	132.875.279	86.242.382
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.059.314	46.632.897	11.955.276

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF N° 029.221.438-30

Clarimundo Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF N° 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Contador
CPF N° 814.990.271-68



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/08/1988**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB MINEIROS** possui **1** Posto de Atendimento (PA) na seguinte localidade: **PORTELÂNDIA - GO**

O **SICOOB MINEIROS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13/03/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as

quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2017**.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de Dezembro de **2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	131.203.380,70	84.967.683,10
TOTAL	131.203.380,70	84.967.683,10

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

- a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	562.829,26	0,00	562.829,26	433.921,36
Empréstimos	55.824.998,81	11.685.557,03	67.510.555,84	66.866.297,32
Títulos Descontados	16.816.463,12	22.612,58	16.839.075,70	17.300.322,82
Financiamentos	13.753.875,04	6.260.973,78	20.014.848,82	18.466.936,14
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.268.283,39	0,00	25.268.283,39	21.932.330,08
(-) Provisões para Operações de Crédito	-3.824.686,44	-606.640,27	-4.431.326,71	-3.382.047,17
TOTAL	108.401.763,18	17.362.503,12	125.764.266,30	121.617.760,55

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	5.083.130,56	0,00	0,00	0,00	5.083.130,56		6.909.436,96	
A 0,5% Normal	35.293.265,41	183.703,34	6.717.258,61	12.966.335,91	55.160.563,27	-275.802,82	58.233.471,54	-291.167,36
B 1% Normal	27.829.344,00	1.309.413,48	9.915.472,43	10.262.959,24	49.317.189,15	-493.171,89	42.481.266,70	-424.812,67
B 1% Vencidas	155.519,88	8.081,92	153.917,42	0,00	317.519,22	-3.175,19	315.047,50	-3.150,48
C 3% Normal	9.203.275,63	575.279,76	2.399.460,63	1.894.944,59	14.072.960,61	-422.188,82	10.996.447,46	-329.893,42
C 3% Vencidas	214.174,60	45.193,07	17.263,86	0,00	276.631,53	-8.298,95	941.553,42	-28.246,60
D 10% Normal	867.453,16	383.521,93	288.824,33	0,00	1.539.799,42	-153.979,94	1.216.313,89	-121.631,39
D 10% Vencidas	70.189,29	72.597,83	160.051,73	0,00	302.838,85	-30.283,89	1.018.281,87	-101.828,19
E 30% Normal	655.649,42	120.559,39	81.885,36	0,00	858.094,17	-257.428,25	251.750,91	-75.525,27
E 30% Vencidas	170.234,91	5.646,35	0,00	0,00	175.881,26	-52.764,38	729.462,17	-218.838,65
F 50% Normal	163.742,21	58.248,51	0,00	0,00	221.990,72	-110.995,36	87.849,86	-43.924,93
F 50% Vencidas	178.678,75	27.245,56	0,00	88.823,10	294.747,41	-147.373,71	146.691,89	-73.345,95
G 70% Normal	77.884,50	38.781,54	15.358,05	0,00	132.024,09	-92.416,86	1.000,00	-700,00
G 70% Vencidas	114.514,99	15.891,79	65.513,52	0,00	195.920,30	-137.144,21	7.504,27	-5.252,99
H 100% Normal	506.070,57	63.570,48	31.970,52	0,00	601.611,57	-601.611,57	57.722,87	-57.722,87
H 100% Vencidas	1.251.586,78	170.011,19	167.872,36	55.220,55	1.644.690,88	-1.644.690,88	1.606.006,41	-1.606.006,41
Total Normal	79.679.815,46	2.733.078,43	19.450.229,93	25.124.239,74	126.987.363,56	-2.407.595,51	120.235.260,19	-1.345.377,91
Total Vencidos	2.154.899,20	344.667,71	564.618,89	144.043,65	3.208.229,45	-2.023.731,21	4.764.547,53	-2.036.669,27
Total Geral	81.834.714,66	3.077.746,14	20.014.848,82	25.268.283,39	130.195.593,01	-4.431.326,72	124.999.807,72	-3.382.047,18
Provisões	-3.143.915,49	-430.781,39	-532.688,12	-323.941,71	-4.431.326,71		3.382.047,17	
Total Líquido	78.690.799,17	2.646.964,75	19.482.160,70	24.944.341,68	125.764.266,30		121.617.760,55	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	25.343.916,41	27.966.165,52	11.685.557,03	64.995.638,96
Financiamentos	4.571.832,89	9.182.042,15	6.260.973,78	20.014.848,82
Financiamentos Rurais	6.052.497,20	19.215.786,19	0,00	25.268.283,39
TOTAL	35.968.246,50	56.363.993,86	17.946.530,81	110.278.771,17

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	90.191,13	2.060.128,11	1.628.312,36	0,00	3.778.631,60	3%
Setor Privado - Indústria	301,68	0,00	30.366,60	0,00	30.668,28	0%
Setor Privado - Serviços	514.147,43	5.481.683,16	3.749.152,40	0,00	9.744.982,99	7%
Pessoa Física	2.460.050,25	72.082.211,15	11.410.239,09	25.268.283,39	111.220.783,88	85%
Outros	13.055,65	5.386.465,36	21.005,25	0,00	5.420.526,26	4%
TOTAL	3.077.746,14	85.010.487,78	16.839.075,70	25.268.283,39	130.195.593,01	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(3.382.047,72)	(3.361.375,81)
Constituições	(57.957.994,31)	(44.268.170,16)
Reversões	54.086.410,65	43.188.317,34
Transferência para prejuízo	2.822.304,04	1.059.180,91
Reversões de Prejuízo	-	-
TOTAL	(4.431.327,34)	(3.382.047,72)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	4.699.046,78	4,00%	5.055.573,71	4,00%
10 Maiores Devedores	19.408.649,79	15,00%	16.976.567,81	14,00%
50 Maiores Devedores	46.222.798,83	35,00%	43.226.925,64	35,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.424.755,83	2.140.964,43
Valor das operações transferidas no período	2.753.220,17	1.069.180,91
Valor das operações recuperadas no período	(2.390.371,79)	(785.389,51)
TOTAL	2.856.688,08	2.424.755,83

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	61.805,98	45.571,06
Diversos	1.004.813,58	1.874.782,92
TOTAL	1.066.619,56	1.920.353,98

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 617.025,30) e CSLL (R\$ 4.036,14).

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio	20.800,00	20.800,00
Material em Estoque	650,00	0,00
Despesas Antecipadas	35.975,89	56.616,85
TOTAL	57.425,89	77.416,85

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	5.133.282,97	5.133.282,97
Participações inst financ controlada coop crédito	2.295.650,85	1.949.645,84
TOTAL	7.428.933,82	7.082.928,81

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.711.995,44	0,00	
Terrenos	1.657.281,86	1.657.281,86	
Instalações	2.099.473,79	1.647.329,69	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(370.506,55)	(289.541,97)	
Móveis e equipamentos de Uso	452.176,48	317.506,69	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(178.147,06)	(143.513,10)	
Sistema de Comunicação	24.377,86	18.797,86	20%
Sistema de Processamento de Dados	477.432,08	439.535,17	10%
Sistema de Segurança	85.795,76	79.266,76	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(432.187,24)	(376.191,41)	
TOTAL	5.527.692,42	3.350.471,55	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a finalização do projeto Inova TI.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	50.340.838,82	39.225.865,78
Depósito Sob Aviso	590.761,38	985.151,71
Depósito a Prazo	46.558.353,36	32.802.060,65
TOTAL	97.489.953,56	73.013.078,14

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	3.403.911,49	4,00%	3.409.333,86	5,00%
10 Maiores Depositantes	20.145.065,57	21,00%	15.842.392,03	22,00%
50 Maiores Depositantes	45.247.431,09	47,00%	36.499.684,64	51,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-102.216,75	-123.767,26
Despesas de Depósitos a Prazo	-3.635.270,61	-4.056.266,48
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-160.729,23	-144.518,76
TOTAL	-3.898.216,59	-4.324.552,50

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	28.524.864,55	25.226.151,27
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-3.417.433,96	-3.426.133,75
TOTAL	25.107.430,59	21.800.017,52

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	2.955,26	493,54
TOTAL	2.955,26	493,54

(a) Trata-se de arrecadação de convênios de saneamento (contas de água/esgoto) arrecadadas dos cooperados em dezembro/2017, que serão repassadas em Janeiro/2018.

13. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	111.171,78	27.200,81
Sociais e Estatutárias	4.537.916,09	4.348.191,75
Fiscais e Previdenciárias	1.213.397,05	1.401.637,40
Diversas	2.172.700,23	1.679.392,14
TOTAL	8.035.185,15	7.456.422,10

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	4.069.456,87	3.524.097,33
Resultado de Atos com Não Associados	391.981,36	693.440,38
Cotas de Capital a Pagar	76.477,86	130.654,04
TOTAL	4.537.916,09	4.348.191,75

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	15.302,47	0,00
Impostos e contribuições a recolher	1.198.094,58	1.401.637,40
TOTAL	1.213.397,05	1.401.637,40

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos	3.088,00	3.630,88
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	167.765,58	125.024,21
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	728.181,26	657.376,70
Provisão para Passivos Contingentes	617.025,30	598.033,52
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	567.228,20	165.070,61
Credores Diversos - País	89.411,89	130.256,22
TOTAL	2.172.700,23	1.679.392,14

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, férias e 13º salário dos funcionários, bem como a provisão para pagamento das despesas administrativas da cooperativa.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 567.228,20 (R\$ 165.070,61 em **31/12/2016**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB MINEIROS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	105.801.111,59	83.594.628,78
Associados	3.192	2.917

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para aumento do capital social da cooperativa.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/03/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2016**, no valor de R\$ 7.054.305,66.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	22.054.750	22.648.405
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(342.311)	(226.969)
Lucro líquido decorrente de receita não operacional apropriado ao Fundo de Reserva	(4.037)	(3.927)
Cobertura de despesas com o FATES	1.274.951	1.096.844
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	22.983.353	23.514.353
Destinações estatutárias:		
Reserva legal - 10%	(2.298.335)	(2.351.435)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.149.168)	(1.175.718)
Fundo para Aumento de Capital – 55%	(12.640.844)	(12.932.894)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	6.895.006	7.054.306

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	155,07	0,00
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	934.544,54	228.300,34
Reversão de Outras Provisões Operacionais	12.546.877,08	3.921.860,21
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	25.106,12	5.512,05
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	53.812,17	3.363,24
Atualização de Depósitos Judiciais	48,21	376,74
Dividendos	270.426,53	196.289,15
Distribuição de Sobras da Central	135.324,04	0,00
Outras Rendas Operacionais	642.685,92	1.236.712,23
TOTAL	14.608.979,68	5.592.413,96

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	593.252,16	515.266,92
Rendas de Empréstimos	20.242.028,66	19.159.699,33
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.039.491,85	3.583.911,48
Rendas de Financiamentos	3.159.377,23	2.737.277,17
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	736,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	634.761,97	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	430.818,41	0,00
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	977.006,85	1.618.865,41
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.115.222,51	799.101,93
TOTAL	33.192.695,64	28.414.122,24

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-202.439,45	-563.871,51
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-13.782,82	-9.753,28
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-440,50	-645,30
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-6.109,80	-3.102,01
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-88.890,68	-66.462,71
Outras Despesas Operacionais	-53.355,01	-39.441,77
Provisão para Garantias Prestada	0,00	-2.504.424,64
Garantias Financeiras Prestadas	-3.388.931,44	0,00
Outras Provisões Operacionais	0,00	0,00
TOTAL	-3.753.949,70	-3.187.701,22

18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamento a Depositantes	590.405,88	498.785,14
Rendas de Empréstimos	20.015.413,59	18.810.006,40
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.976.092,90	3.570.392,05
Rendas de Financiamentos	3.158.025,04	2.731.634,69
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações Recursos Livres	736,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	634.761,91	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	430.818,39	0,00
Rendas Financ Rurais – Aplic Repassadas e Refinanciadas	977.006,71	1.617.616,96
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.105.680,51	799.101,93
TOTAL	32.888.940,93	28.027.537,17

19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Outras Rendas não Operacionais	6.689,53	6.506,54
(-) Outras Despesas não Operacionais	0,00	-8.772,02
Resultado Líquido	6.689,53	-2.265,48

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.650.554,63	0,68%	4.884,91
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	9.254.333,92	2,36%	6.528,10
TOTAL	11.904.888,55	3,04%	11.413,01
Montante das Operações Passivas	13.200,00	0,02%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	70.945,99	883,98	3%
Conta Garantida	12.022,16	360,66	2%
Crédito Rural	1.652.258,24	20.495,39	7%
Empréstimo	1.055.517,20	11.285,41	2%
Financiamento	688.545,85	5.936,45	3%
Títulos Descontados	359.831,43	1.603,61	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.113.706,72	6,26%	0%
Depósitos a Prazo	18.521,53	0,04%	0,5%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,88%	
Empréstimos	1,92%	
Financiamento	1,54%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,12%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,57%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,93%
Credito Rural (modalidades)	0,57%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	850.000,00
Empréstimos e Financiamentos	13.067.502,00
Títulos Descontados	124.411,60

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	-618.865,65
Encargos Sociais	-123.773,16

21. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB MINEIROS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB GOIÁS CENTRAL:

As demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 15/02/2018, com opinião sem modificação.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências

previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria

das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	605.381,26	621.061,44	605.381,26	602.069,66
Outros	11.644,04	0,00	11.644,04	0,00
TOTAL	617.025,30	621.061,44	617.025,30	602.069,66

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 13/12/2002 a 04/01/2005, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB MINEIROS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 621.061,44. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

MINEIROS-GO, 31 de Dezembro de 2017

AUGUSTO DE OLIVEIRA CARVALHO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CLARIMUNDO BRANDAO RESENDE
DIRETOR OPERACIONAL

NILSON GONCALVES DO PRADO
CONTADOR 017418/O

Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Ano 2017

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Ano 2017

1. A estrutura de gerenciamento de capital da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Resumo da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Ano 2017

1. O gerenciamento de risco de crédito da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Resumo da Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Ano 2017

1. As diretrizes para o gerenciamento de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
2. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Responsável pelo Gerenciamento dos Riscos de Mercado e de Liquidez, Gerenciamento de Capital, Gerenciamento de Risco de Crédito e Gerenciamento de Risco Operacional

Sandra Almeida Barbosa
Agente de Controle Interno e Risco

FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DO CRÉDITO - FGCoop

O Sicoob Mineiros participa do FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo do Crédito. Serão observados os seguintes limites para efeito de prestação de garantia, pelo FGcoop, de depósitos à vista e a prazo mantidos pelos associados na Cooperativa:

- I. o valor da cobertura é limitado a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), ou ao somatório dos depósitos à vista e a prazo, quando inferior a esse limite, por associado com conta corrente individual, identificado por CPF ou CNPJ;
- II. o valor da cobertura também é limitado a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), ou ao somatório dos depósitos à vista e a prazo, quando inferior a esse limite, nos casos de conta corrente conjunta;
- III. no caso de conta corrente conjunta, o valor da cobertura será aquele resultante da divisão do limite da cobertura pelo número de titulares e será pago individualmente, mediante identificação por CPF ou CNPJ.

RATEIO DE RESULTADOS DA COOPERATIVA

Os resultados, sobras ou perdas da Cooperativa serão rateadas entre os associados proporcionalmente às operações por eles realizadas com a Cooperativa, conforme previsto no Estatuto Social, pelo índice aprovado na Assembleia Geral Ordinária.